



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

**PROJETO DE LEI Nº 004/2026, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.**

Altera a redação do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.269, de 07 de janeiro de 2015, e dos artigos 72, 73 e 76 da Lei Municipal nº 1.271, de 30 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

**GILMAR LUIZ SOUTHER, PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO,**  
**RS,**

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 9º da Lei Municipal nº 1.269, de 07 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 9º Ao servidor municipal que, por força das atribuições próprias de seu cargo ou por designação, pague ou receba em moeda corrente nacional, é devido um Auxílio para Diferença de Caixa no montante de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).*

*§ 1º O servidor que estiver respondendo legalmente pelo caixa municipal fará jus ao pagamento do auxílio.*

*§ 2º O auxílio que trata o “caput” deste artigo somente será pago enquanto o servidor estiver efetivamente executando os serviços de pagamento ou recebimento em moeda corrente nacional e nos afastamentos previstos em Lei.*

*§ 3º O valor do Auxílio para Diferença de Caixa de que trata o caput deste artigo será reajustado na mesma época e nos mesmos índices do reajuste geral dos servidores municipais estabelecidos por Lei Municipal.*

Art. 2º Os artigos 72, 73 e 76 da Lei Municipal nº 1.271, de 30 de janeiro de 2015, passam a vigorar com o seguinte teor:

*Art. 72. Os servidores que executarem atividades insalubres, farão jus a um adicional calculado sobre a base apurada pela aplicação do coeficiente de 1,20 (um inteiro e dois décimos) sobre o valor do VPR – Valor Padrão de Referência dos Servidores vigente.*

*Art. 73. O exercício de atividade em condições de insalubridade assegura ao servidor a percepção de um adicional, respectivamente, de quarenta, vinte ou dez por cento, segundo a classificação nos graus máximo, médio ou mínimo, calculado sobre a base de que trata o caput do art. 72 desta Lei.*

.....  
*Art. 76. As atividades insalubres ou perigosas previstas nesta Lei serão apuradas por laudo pericial realizado por médico ou engenheiro do trabalho, de acordo com as normas de*



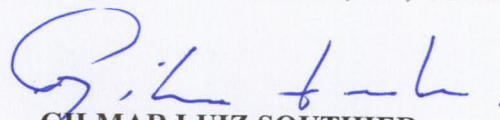
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

*segurança e saúde ocupacional, definidas pelo Ministério do Trabalho, especialmente nas Normas Regulamentadoras 15 – atividades e operações insalubres e 16 – atividades e operações perigosas, da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e alterações posteriores, outras que vierem a substituí-las ou forem adicionadas.*


**Parágrafo único.** *Os adicionais de insalubridade e periculosidade cessarão com a eliminação das condições ou riscos que lhe deram causa.*

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2026.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRAVESSEIRO, RS**, em 29 de janeiro de 2026.

  
**GILMAR LUIZ SOUTHER**  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se  
Data supra

  
**MAICON WILAND THEISEN**  
Secretário da Administração e Finanças





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**

**MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 004/2026, DE 29 DE  
JANEIRO DE 2026.**

**Senhor Presidente,  
Senhores(as) Vereadores(as):**

Encaminhamos para apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que altera a redação do artigo 9º da Lei Municipal nº 1.269, de 07 de janeiro de 2015, e dos artigos 72, 73 e 76 da Lei Municipal nº 1.271, de 30 de janeiro de 2015.

O art. 9º da Lei Municipal nº 1.269, de 07 de janeiro de 2015, dispõe sobre o auxílio de quebra de caixa, pago aos servidores que ocupam função de caixa, recebendo valores e efetuando os pagamentos relacionados ao erário público municipal.

Considerando que não mais existe a atividade tesoureiro, específica, e que a designação de servidores do quadro, com atribuições compatíveis com a função, se torna menos onerosa aos cofres públicos, sem perder a eficiência, encaminhamos a proposta de ajuste à realidade fática existente, adequando a redação do art. 9º.

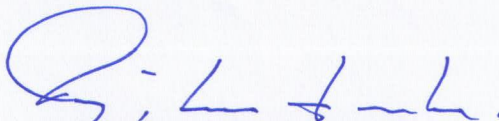
Em relação aos artigos 72, 73 e 76 da Lei Municipal nº 1.271, de 30 de janeiro de 2015, torna-se necessária a adequação dos adicionais de insalubridade e periculosidade às normas federais, especialmente do Ministério do Trabalho, que regulam a matéria.

Igualmente, os artigos 72 e 73 vinculam a incidência dos adicionais ao salário mínimo nacional, o que é vedado por força da Súmula Vinculante nº 04 do Supremo Tribunal Federal. Nesta linha, estamos propondo a substituição do salário mínimo pela base de cálculo apurada em valores, incidindo, sobre o VPR dos servidores do Município, o coeficiente 1,2 (um inteiro e dois décimos), que atualmente dará a base de cálculo de R\$ 1.648,32 (um mil e seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), sobre a qual incidirá os percentuais de insalubridade e periculosidade.

Dessa forma, para fins de adequação dos dispositivos acima citados, segue a matéria para apreciação dessa Casa Legislativa.

Contamos com o apoio e a compreensão dessa Casa Legislativa para a aprovação da presente proposta legislativa.

Atenciosamente.

  
**GILMAR LUIZ SOUTHER**  
Prefeito Municipal